

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

História

Emiliano Augusto de Betencourt



*Memória sobre a descoberta das
ilhas Porto Santo e Madeira*

1418-1419

Fragmento de um livro inédito



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Emiliano Augusto de Betencourt

*Memória sobre a descoberta das
ilhas Porto Santo e Madeira*

1418-1419

Fragmento de um livro inédito

Adaptação ortográfica e revisão gráfica
Iba Mendes

Publicado originalmente em 1875.

**Emiliano Augusto de Betencourt
(1825 – 1886)**

“Projeto Livro Livre”

Livro 665



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2015
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE

*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras em domínio público, como esta, do escritor português Emiliano Augusto de Betencourt: “*Memória sobre a descoberta das ilhas Porto Santo e Madeira*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com
www.poeteiro.com

MEMÓRIA SOBRE A DESCOBERTA DAS ILHAS DE PORTO SANTO E MADEIRA

1418 — 1419

FRAGMENTO DE UM LIVRO INÉDITO



Quando o infante D. Henrique voltou de África foi residir em uma terra do Algarve, situada na ponta mais desgarrada da Europa, e que parece ter sido destinada pela natureza a servir de posto avançado à civilização europeia. Nesta terra, cujo senhorio el-rei havia dado a D. Henrique, fundou ele uma vila, que se denominou do “Infante”, e a qual devia servir para trato e refresco dos mareantes que fossem ou viessem do levante.

Sagres, no cabo de S. Vicente, pois que foi este o lugar escolhido pelo infante para estabelecer a sua vila, era pelo ocidente o *terminus* natural do mundo conhecido no começo do século XV, em quanto que o cabo Não, da África, marcava no mar do sul o limite até onde haviam podido chegar os navegantes europeus.

O infante desejava ultrapassar estes limites, colhera em Ceuta algumas informações, e com essas vagas notícias ia mandar os seus criados a explorar os mares do sul.

D. Henrique era o quarto filho de el-rei D. João I e grão-mestre da Ordem de Cristo, dignidade que punha nas suas mãos a administração das enormes rendas da Ordem; possuía um gênio empreendedor e era perseverante e generoso: tais dotes juntos a tão grandes meios fizeram do infante o maior homem do começo dos tempos modernos, herói cujas obras aproveitaram ao mundo inteiro.

Quando, pois, o infante dava princípio à série de viagens de exploração que determinara fazer à costa da África, mandando todos os anos duas ou três caravelas, comandadas por alguns dos seus mais zelosos criados, com o encargo de passarem o cabo Bojador, e irem o mais longe que pudessem; sucedeu que dous fidalgos de sua casa, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que com o infante também se haviam achado no socorro da praça de Ceuta, se lhes ofereceram para irem passar o mencionado cabo e descobrirem a terra da Guiné.

Saíram portanto mar fora estes arrojados fidalgos, em uma pequena embarcação, que o infante lhes fez aprestar e prover de todo o necessário; mas decorridas que foram algumas milhas encontraram ventos de travessia, que os arrojou para o alto mar onde correram por muito tempo à mercê de uma forte tempestade, até que se acharam sobre as costas de uma terra desconhecida.

Zarco e Tristão saíram em terra para se abrigarem da tormenta, dando, por tal motivo, à ilha desconhecida a denominação de *Porto Santo*.

Tendo Zarco e Tristão reconhecido a ilha, voltaram apressados a dar parte ao infante, que largamente os galardoou e lhes permitiu que fossem povoar a nova terra com muitas pessoas que para isso logo se ofereceram; indo também nessa ocasião, por capitão donatário da ilha, Bartolomeu Perestrelo, fidalgo da casa do infante D. João.

Chegados que foram à ilha de Porto Santo construíram suas barracas e se acomodaram o melhor que puderam. Tinha, porém, acontecido que, entre os animais que Perestrelo levou para a ilha havia uma coelha prenhe, que acertando de parir durante a viagem foi lançada em terra com a sua prole. Estes coelhos, segundo asseveram quase todos os escritores que escreveram daquelas ilhas, foram qual praga do Egito, porque multiplicaram muito e devastaram quase todas as plantações que os colonos haviam feito. Bartolomeu Perestrelo desgostoso por este sucesso, ou talvez por não poder habituar-se a viver isolado na ilha, embarcou-se para o reino, enquanto que Zarco e Tristão foram em barcos construídos em Porto Santo examinar se era alguma nova terra o traço negro que um certo nevoeiro projetava constantemente no horizonte.

Singraram, portanto, na direção daquela sombra informe e fumosa, e ao passo que dela se aproximavam, assim se lhes foram patenteando as serras e os cortes abruptos de uma terra virgem, fragosa e coberta de uma espessa mata.

Zarco e Tristão descobriram assim a ilha da Madeira, e, depois de a reconhecerem, tendo desembarcado em diversas angras e penetrado no interior, voltaram a dar parte ao infante, que os premiou com as capitánias das

duas partes em que determinou dividir a ilha.

Azurara, Barros, Damião de Goes e ainda outros mais dizem positivamente que Tristão e Teixeira se dirigiam à Guiné ou a passar o cabo Bojador, e que foi uma tormenta que os levou à ilha de Porto Santo; sem admitirem que tais navegantes fossem em busca de uma ilha, cuja notícia viera de um cativo de Marrocos, como têm escrito alguns autores, que acreditam na lenda de Machico.

Falta, portanto, nos primeiros escritores deste acontecimento, base em que se funde a ligação da descoberta da Madeira por Zarco e Tristão com a lenda de Machico, que Antônio Galvão e Francisco Manoel de Melo referem no “Tratado dos descobrimentos antigos e modernos” e nas “Epanáforas de vária história”.

Na obra “The life of Prince Henry of Portugal”, defende o sr. Major a veracidade da lenda de Machico, e tanto calor toma nesta defesa que bem mostra quanto se deixara convencer da existência daquele acontecimento. É tal a sua convicção que chega a persuadir-se de ter descortinado na romântica “Epanáfora amorosa” de Melo os principais traços de uma verdadeira noção histórica; julgando-a comprovada com o escrito de Valentim Fernandes, encontrado em Munich, aliás muito divergente em pontos essenciais da mesma lenda.

O sr. Major dá-nos pela seguinte forma o extrato da lenda, que ele diz ser conforme se acha narrada pelo possuidor da “Relação original manuscrita”:

“No reinado de Duarte III, um mancebo de boa família chamado Roberto Machin, teve a infelicidade de se enamorar de uma jovem dama cujos pais, possuindo bens e jerarquia muito superiores aos dele, trataram com desprezo as suas pretensões. Querendo evitar suas repetidas visitas, alcançaram do rei ordem de prisão para Roberto, a fim de neste meio tempo unirem sua filha a um fidalgo cuja posição mais convinha para manter a dignidade da sua família.

“Como a dama, de nome Ana d'Arfet ou Dorset, correspondesse aos afetos de Machin, o mesmo foi sair ele da prisão que determinar-se a raptá-la. Com a ajuda de um amigo que procurou introduzir-se como palafrenero em casa de Ana, que era em Bristol, foi afinal executado este plano, e dali partiram em uma embarcação que Machin já para este fim tinha preparado e equipado.

“A sua intenção era navegar para França; eis que sobrevindo-lhes um vento nordeste os apartou daquela costa, e depois de andarem treze dias à mercê de um temporal deram vista de uma ilha onde desembarcaram. Acharam-na despovoada, mas bem provida de madeira e água, e de excelentes condições para se habitar.

“Gozaram três dias de tranquila segurança, e em quanto uns exploraram o interior do país, os outros examinaram de bordo as suas margens; mas na terceira noite levantando-se uma tempestade deu com eles na Costa de África. O susto e o sofrimento por que passara a infeliz dama haviam neste desastre atingido as maiores proporções, e passados três dias de completa prostração mental terminou seus dias. Foi sepultada ao pé do altar que se erigiu em sinal de reconhecimento pela sua chegada, e, no quinto dia depois do seu falecimento, Machin foi também encontrado morto sobre a sepultura da sua amante. Os restantes companheiros lhe abriram igual sepulcro e embarcaram-se depois no batel do navio, e, ao chegarem à Costa de África foram levados à presença do rei de Marrocos, de quem ficaram cativos.

“Nas mesmas tristes circunstâncias acharam seus companheiros que perdidos foram no navio levados da ilha.

“Entre os seus companheiros de cativo havia um João de Morales, natural de Sevilha, bom marítimo e experimentado piloto a quem fizeram a descrição da terra que tinham descoberto. Por este tempo a 5 de março de 1416 falecera D. Sancho, filho mais velho do rei Fernando de Aragão, e deixara em testamento um rico legado para que de Marrocos fossem resgatados os cristãos cativos, e entre eles havia este João de Morales, mas o navio que o trazia foi capturado pelo navegante português João Gonçalves Zarco.

“Contudo este, por clemência, deu a liberdade aos infelizes cativos reservando só para si a Morales, cuja experiência em matéria náutica julgou poder ser útil a seu amo o infante D. Henrique. Este Zarco tinha ido, como já nos disse Barros, em companhia de Tristão Vaz Teixeira, explorar a costa ocidental de África, e assaltados por uma tempestade foram dar na ilha de Porto Santo. Isto parece ter sucedido no fim de 1418 ou princípio de 1419. Foi Morales que lhe comunicou o descobrimento de Machin, e partindo em um navio, com autorização do infante e sob a direção de Morales, fez o importante descobrimento da ilha da Madeira, à metade da qual deu o nome de Funchal e à outra de Machico.”

Habitados, como estamos, a respeitar a opinião do ilustre sábio britânico, não podíamos deixar de nos sentirmos profundamente magoados por uma pungente contrariedade, quando se nos deparou a defesa de Machico, tão habilmente desempenhada por aquele escritor.

Desejávamos partilhar sempre a sua opinião, segui-la e citá-la até para crédito nosso; mas para isso era-nos mister tornarmo-nos adulator, e nós, como portugueses, devemos ao sr. Major a consideração que deriva de um sentimento bem mais digno que o da adulação.

Por amor, pois, da verdade e com o mais profundo respeito nós vamos, segundo a nossa opinião, defender como primordial a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira por Zarco e Tristão, com prejuízo da pretendida descoberta de Machico.

Principiando, pois, por mostrar a importância que a “Epanáfora” de Melo pode ter como documento histórico, compará-la-emos com o escrito da coleção de Fernandes, e com o de Antônio Galvão, citados pelo sr. Major, concluindo por emitir a nossa humilde opinião sobre o pretendido caso.

A lenda, contada pelo ameno autor das “Epanáforas”, não nos consta que tenha sido relatada por nenhum escritor do século XV; Azurara nada diz a tal respeito, e cremos que se a tivesse por verdadeira teria feito dela menção na sua “Crônica de Guiné”, conforme fez das descobertas de outros estrangeiros. O manuscrito de Francisco Alcafurado, que serviu a Francisco Manuel de Melo para compor a sua terceira “Epanáfora”, e que diz ter vindo à sua mão por um extraordinário caminho, não aparece hoje em parte alguma, nem sabemos que algum outro escritor tenha dele ou de seu autor dado notícia. Em presença, pois, da crônica de Azurara, há toda a razão para duvidar da autenticidade de um manuscrito que ninguém mais viu, pois que, tendo Azurara falado com quase todos os descobridores, e consultado todos os escritos para compor a sua “Crônica”, parece-nos pouco verossímil ter-lhe escapado este escrito, e também o seu autor, que se diz companheiro dos descobridores da Madeira, e que, segundo diz o autor das “Epanáforas”, devia viver no paço do infante D. Henrique, ao tempo em que lá se achava também Azurara.

É para notar que sendo a “Crônica de Guiné” escrita sob os auspícios do infante D. Henrique, e tendo sido o manuscrito de Alcafurado, segundo diz ainda o autor das “Epanáforas”, oferecido ao mesmo infante, ele não fizesse narrar na crônica um acontecimento que, a ter sido verdadeiro, também deveria ser conhecido de todos os tripulantes das embarcações de Zarco, e portanto impossível de conservar-se em segredo. O caráter probo e verdadeiro de Azurara não nos permite supor que ele calasse a mais verdadeira relação do acontecimento, expondo-se aos retoques e emendas de tantas testemunhas oculares.

Estas circunstâncias e o fato de se não achar, em nenhum autor coévo, notícia de Alcafurado concorrem poderosamente para aumentar, senão confirmar, as suspeitas que de há muito nutrimos sobre a não existência de tal escrito e de seu preconizado autor.

Mas, ainda que ponhamos de parte esta ideia, a “Epanáfora” de Melo, já pela sua natureza evidentemente romântica, já por ser perto de dous séculos e meio posterior ao descobrimento da Madeira, e talvez três à época em que se

pretende dar por sucedido o caso de Machico, está muito longe de poder ter a honra de ser comparada com a crônica de Azurara, ou com as Décadas de Barros; e muito menos de poder servir para decidir o caso.

Quanto a Valentim Fernandes é preciso saber-se que o seu livro não passa de um agregado de várias notícias, escritas por diversos indivíduos, onde a par da lenda de Machico figura uma “Crônica”, também manuscrita, “da descoberta e conquista de Guiné” por Azurara, escritos estes que, quanto ao nosso ponto, se contradizem mutuamente.

Esta “Crônica da descoberta e conquista de Guiné” tem diferente divisão e numeração de capítulos daquela que foi publicada pelo ilustre visconde de Santarém, e cremos que será a primeira crônica daquele descobrimento, que desapareceu do reino logo depois do seu autor a ter escrito.

Desta reunião de notícias várias e contraditórias concluímos nós que Fernandes, sem critério, nem ideia de legar à posteridade a lenda de Machico ou a crônica de Azurara, reuniu no seu livro tudo quanto pudesse avolumá-lo ou aumentar-lhe o valor, quer fosse absurdo quer não.

Este livro foi, portanto, coligido como objeto de mera especulação.

Ora, como não seja em um livro de especulação e de notícias contraditórias que se devam procurar elementos para decidir uma questão de fato, é bom que esta circunstância não seja esquecida, tanto para que a lenda não ganhe com a nomeada do coletor, como para que a crônica de Azurara não perca, por se julgar que ela fora ali colocada a propósito de contraditória.

Para que o leitor pudesse fazer ideia das contradições dos três principais propagadores da lenda de Machico, Melo, Galvão e Fernandes, era-lhe mister ter conhecimento integral da lenda escrita por Valentim Fernandes; mas o sr. Major limita-se a indicar, no capítulo V do seu livro, algumas divergências que encontrou nos escritos daqueles autores, deixando o leitor sem os meios de poder formar, sobre o caso, uma opinião fundada.

Nós, porém, tendo pela experiência conhecido quanto importa consultar um escrito, em que se pretende basear a veracidade de uma alegação, vamos pela primeira vez dar à estampa a íntegra da referida lenda, que nos foi permitido tirar de uma cópia autentica do livro de Valentim Fernandes, feita em 1848, e existente na biblioteca particular de sua majestade el-rei de Portugal.

Segue a cópia:

«Ylha de madeyra como foy pymeiramente achada e por quem E de que maneyra foy povorada.

«Huum cavalleyro de ingraterra que avia nome machyn que foy degradado por seu delicto de ingra terra. E determinou de se ir para espanha. E comprou huma bartscha que he navio de 40 tonees com gavia E meteo toda sua fazenda dentro do navio, com uma sua manceba e alguuns criados, e assi meteo cabras paraseu comer, foy seu camynho. E em vyndo atraves das berlengas deu tal tempo nelle que ho fez correr a balravento e foy dar consigo aa ilha do porto sancto. E se espantaram quando virom terra, arribaram a ella e decerom em terra abuscar agoa e lenha que aviam mester E assy as cabras e bodes que lhes ficavam por serem magros e mortos de fame os lançaram a pacer. E esta terra era a ylha do porto sancto agora assi chamada.

«E elles assy estando esclarecendo o tempo virom mais terra ao mar e fizeram vela e foram ver que terra era, e arribaram a huum porto onde agora chamam Matschiquo. E pos nome ao dito porto machyn E despois os castellanos corromperom ho vocablo e chamaromno malchico.

«Ao dito cavalleyro yngres pareceo bem o porto e a terra deçeo nella E mandou levar huum triquete vela para huma tenda e machados e fouces e barijs e todo o que avia mester para comer e repousar em terra, ho qual mandou armar a sua tenda sobre a borda da rybeyra, a qual era muy graciosa e desafogadiço de muytos peixes e muytas aves mansas atee as tomarem com as mãos.

«Despois de repousados determinou em sy se avia algumas povorações na terra. E tomando alguuns mantijmentos e dous homens consigo se foy pella ribeyra acima aos picos. E andou de pico a pico oulhando se viria alguma povoraçam ou synal de gente. E andou la tres dias sem achar nada, mas antes achou a terra cada vez mais aspera e fragosa d'arvoredos grandes que pareciam chegar ao çeo emtam determinou de tornar para sua tenda e gente.

«Em vijndo o dito cavalleyro com seos dous homens por huma ladeyra para baixo aonde já pareceo ho porto. E os criados nom vendo o navio no porto disserom ao Senhor que lhes parecia mal e que entendiam que eram fugidos os marinheyros com o navio. E elle esforçandoos como bõo cavalleyro dizendo que elles nom fariam tal ruyndade, mas antes stariam tras alguma ponta, porque lhes poderia ventar alguun vento em quanto elles andariam fora, ou cortar alguma marra e caçariam. E os criados confrangendose muyto e agastandose enfraquecendo das pernas que nom podiam andar. E elle os esforçou e disse, filhos porque pasmais, e tevestes coraçam por tammanha tormenta que janda temos passados, e se nos perderemos por esse mar buscamos remedio para nos salvar como fazem os outros, quanto mais que estamos em terra muyto boa e muyto graciosa e ayrosa de muyto peixe, e muytos pombos mansos, rolas

codornizes, agoas muyto especiaes em maneyra que sempre nos poderiamos remediar. E que sabemos, se deos por ventura nos quis escapar das tormentas para povorarmos esta terra e lhe fazermos n'ella algum serviço.

«Leixemos o cavalleyro de como se vinha esforçando seos criados e digamos dos marinheyros e de seu navjo. Ho mestre e marinheyros, como viram partir seu senhor para as serras, mostrando que aviam medo delle que querria povorar aquella terra com elles e os ter alli. Mas a verdade era que por cobijça das riquezas que tinham na nau determinaram a fugir. E requererom a manceba que ficava em a tenda e assi huum moço pequeno com ella se querriam ir com elles, que elles determinavam de fugir. E ella disse que nom que nunca deos quisesse que ouvesse de leixar seu senhor. Emtam partiram o mestre com seus marinheyros e fizeram vela.

«Aconteceu que hindo elles assi pello mar deu tempo nelles que foram ter acosta de barbaria e perderomse em huuns baixos. E escaparem delles para terra os quaes os mouros cativaram e os outros morrerom.

«Leixemos cativos o mestre com alguuns marinheyros e tornemos ao cavalleyro que ficava na ilha.

«Quando este cavalleyro yngres chegou onde tinha sua tenda armada que achou a manceba e o paje, e de como eram fugidos os marinheyros pesoulhe muyto nomno dando entender aa sua companhia, mas amtes os esforçava e fazia que não dava nada por yssso dando-lhes muytas razões e esforços e assy das bondades da terra como mantijmentos que nella tinham. E lhes dezia que bem podia nosso Senhor por alli trazer outros navjos por acerto que os levassem aa terra dos christãos. E quando nom, que elle sperava com ajuda de nosso senhor ordenar e engenhar huum navjo ou batel que os levasse por esse mar onde fosse mais seu serviço. Sem embargo de todollos esforços nom prestou aamora da mançeba porque de pasmo morreo. A qual foy a primeyra que enterraram^{14} nesta terra em huma jrmida que elle tinha feito aa qual posnomem sancta cruz.

«A mançeba enterrada entremeteose com seos criados a cortar huum pao grosso e grande de que fizeram huum batel com algumas ajudas de paos cavados com tornos de pao. E assi calafetavam com limas de pedras. E estiverom nysso seys meses em aquella terra. Entam matarom muyto peixe e secaramno, e muytas aves que escalarom e secarom. E assi tomarom corchos e dragoeyros e encheromnos dagoa E com aquelle peixe seco e aves, e assi com os barijs que ajnda tinham, e com o traquete da tenda fizeram vela e partirom por esse mar e foram dar consigo em barbaria em aquella terra onde se perdera seu navio com outros seus criados, e alli sayrom em terra, e logo os cativaram os mouros. E elles andando assi vio os outros do seu navio que eram cativos e

arremeteo a elles para os matar. Quando os mouros aquello virom apartaromnos e perguntaromlhe a causa da sua peleja, pello qual estavom espantados por elles serem todos christãos, ho qual lhes foy todo contado. E logo o alcaide dy ho escreveo a elrey de fez seu senhor todo ho passado, assi das ilhas que acharom como da causa acontecida deste cavalleyro yngres. E logo por elrey de fez foy mandado de o levar amte sy. E elle ho contou todo por seu trusymam do que lhe fora acontecido.

«E elrey de fez veendo que se nom podia aproveitar de taes ylhas e terras mandou o cavalleyro a elrei dom loham de castella, com o qual elle entam tinha bõas pazes e amizades, ho qual despois de sabido de todo acontecido. Assy por ocupações como por guerra que tinha naquelle tempo com elrey de portugal, em maneyra que passouho feyto assy em delonga, que morreo o cavalleyro yngres e nom ouve que mais sobre yssso acudisse. E nom embargante o gaado que ficou na ilha de porto sancto como já dissemos multiplicou em tanta quantidade que a ilha era toda chea.

«Os castellanos em conquistando as canarias vierom ter a esta ylha do porto sancto com tempo e acharom nella as cabras^{15} de que fezerom carnaje e assi tomarom agoa e sangue de dragam que tyram das árvores dragoeyras. E dy avante quando hyam sobre os canareos sempre vinham aa dita ilha fazer carnajem.

«Dalli poucos annos andando loham gonclz zarco darmada em huma barcha contra os castellanos veo ter ao cabo de sam vicente sem aver tomado algumas dias nenhuma preza nem sabendo por onde hyriom fazer preza. Emtam disse hum castellão que com elle andava. Senhor se quizeres tomar boa preza vamos onde vos eu disser que he a ylha de Porto Sancto, onde os conquistadores de Canaria vão fazer sua carnajem e tomar sua agoa, por quanto como elles alli som saemse todos em terra e tomalloemos os navios e despois cativaremos a elles em terra.

«E posto que ouvesse grande differença nelles no navjo todavia forom la. E quando chegarom o porto sancto, avia ja tres dias que os castellanos eram partidos, e acharom as fogueyras feitas em terra e assi as tripas da carnajem e algum gado morto. E fizeram tambem sua carnajem e tomarom agoa e lenha e folgarom alguns dias e olharom a terra muy bem. E determinou logo o capitam de viir povorar a dita terra querendo ho lffante dom anrique seu senhor. E logo ho foy a buscar ao cabo de sam vicente onde estava o lffante em sagres e lhe contou tudo que vira e os desejos que tinha de povorar aquella terra com sua ajuda, com ho qual o lffante foy muyto ledo e contente. E escreveu logo a elrey seu padre que estava em santarem pedindolhe de merçee as ditas ilhas para as povorar E elrey lhes outorgou.»

Da comparação, pois, desta narrativa com as de Melo e Galvão resultam divergências essenciais, das quais vamos notar as mais flagrantes.

A narração de Fernandes difere logo ao princípio da dos outros autores, declarando que Machico saíra de Inglaterra degredado por seu delito e não fugido com uma dama nobre.

A dama que em Melo e Galvão é parte importante, no escrito de Fernandes é objeto tão secundário que, em vez de uma senhora nobre, e muito principalmente mais nobre que Machico, poderia ser uma *manceba* trivial, que, como diz a lenda, por cousa alguma deixaria seu *senhor*.

Pois uma dama inglesa nobre, chamaria nunca *seu senhor* a um indivíduo de estirpe menos elevada?

Melo e Galvão dizem que Machico fora diretamente à Madeira, em quanto que Fernandes o conduz primeiro a Porto Santo; e, quanto aos carneiros que Fernandes diz terem ficado nesta ilha a pascer, se eles não fossem também legendários teriam multiplicado tanto, que a sua natural voracidade não deixaria em que os coelhos, levados mais tarde à mesma ilha por Perestrelo, pudessem exercer a devastação que referem quase todos os historiadores daquelas ilhas, até ao próprio sr. Major.

Fernandes não deu cabo do seu Machico na ilha da Madeira. Neste ponto Galvão e Fernandes estão de acordo, mas em contraposição com Melo que, para criar a entidade Morales, fez morrer Machico na Madeira, 5 dias depois da morte de Ana de Arfet. Ainda assim Fernandes diz “e com o traquete da tenda fizeram vela e partiram”; e Galvão diz “foi dar à Costa de África sem velas nem remos.”

E é com tais escritos que se pretende destruir as concordes asserções de Azurara e de Barros, o primeiro escritor coevo do descobrimento da Madeira e ambos de uma seriedade e autoridade reconhecida pelos principais escritores modernos; e com relação ao primeiro dos quais, o visconde de Santarém, por mais de uma vez, dá público e honroso testemunho na introdução e notas da “Crônica da Descoberta e Conquista de Guiné”.

Como poderá restabelecer-se a verdade de tal noção histórica sobre documentos tão controversos?

Quanto a nós, parece-nos que bem devera ficar, a parte mais notável da lenda, como diz o sr. Major no seu capítulo V, considerada como *mito* e o adicionamento como *invenção*, se o mesmo senhor nos não tivesse dado como, sendo um e o mesmo documento, aquele que Melo diz ter-lhe vindo à mão por

um *extraordinário* caminho, e o escrito da família de Zarco, a que Barros tinha aludido um século antes. Mas quem pôde assegurar ao sr. Major que estes dous documentos fossem um e o mesmo escrito, se ninguém até hoje os comparou por não terem sido encontrados em parte alguma?

O sr. Major notando, no capítulo V da sua já mencionada obra, ter predominado em perto de três séculos, a opinião de haverem sido as ilhas da Madeira e Porto Santo descobertas em 1418 e 1420; atribui a Barros o erro dessa suposição, dizendo que este escritor excedera a autoridade do cronista Azurara, de quem confessa ter tirado o processo do descobrimento.

Mas isto não é assim, perdoe-nos o sr. Major: há aqui um equívoco. O processo do descobrimento que Barros diz ter tirado de Azurara é o da Guiné e não o da Madeira; mas além disto, tanto para uma como para outra relação, do que Barros se serviu foi dos manuscritos de Azurara e de Afonso de Cerveira, e não da crônica propriamente dita, porque essa ao tempo já tinha desaparecido do reino. É, portanto, infundada a acusação de que Barros excedera a autoridade de Azurara.

Não sabemos como é que o sr. Major, dizendo ter em seu poder os meios de restabelecer a verdade da noção histórica de Machico, e julgando-a comprovada pela relação de Valentim Fernandes, nos diz no seu livro uma quarta e nova versão da mesma lenda, à qual chama extrato da que foi narrada pelo possuidor da *relação original manuscrita*. O sr. Major dando-nos esta quarta versão, não nos diz de quem ela seja, quem a viu, nem onde existe. Seja, porém, de quem for, nós entendemos que as notáveis divergências de todas elas são por si só o bastante argumento contra o objeto da lenda.

Seguindo a narração do sr. Major encontramos que, entre os cristãos resgatados do cativo de Marrocos, com o legado que o infante D. Sancho de Aragão deixou em 1416, viera um espanhol João de Morales que, sendo capturado pelo navegante português João Gonçalves Zarco, comunicara a este a descoberta de Machico.

Nesta parte a relação de Fernandes, como o leitor já deve ter observado, é muito diferente, mas não menos inverossímil.

Foi preciso, ao autor da *relação original manuscrita*, forjar esta captura para justificar o fato de ter sido o descobrimento da Madeira feito por portugueses, porque, aliás, ele deveria ter sido empreendido pelos compatriotas de Morales. Contudo esqueceu ao autor a falta de motivo plausível para que os portugueses pudessem naquela época, sem quebra de tratados, capturar um navio espanhol, de Castela ou Aragão, e fazer presa da sua tripulação; pois que com Aragão estava Portugal em paz, e conquanto não houvesse um tratado devidamente

assentado com Castela, havia contudo tréguas juradas desde 1411, que duraram até depois da descoberta da Madeira (1420), e as quais foram convertidas em tratado de amizade logo que el-rei de Castela completou 14 anos.

De todos os reis da península hispânica, só o mouro de Granada deixou de obter de el-rei D. João I resposta satisfatória quando, constando-lhes os grandes armamentos que antes de 1415 se fizeram em Portugal sem que eles soubessem para que, vieram pedir ratificação dos tratados de paz. Por essa ocasião ficamos nós devendo a um honrado espanhol que era corregedor de Carçola, um elogio proferido por esta autoridade, no conselho que a regente de Castela, a propósito, entendeu mandar reunir em Palência, elogio que La Clede relata pela seguinte forma:

“Que razão há para consternar-nos com as preparações dos portugueses? Porque quereis obrigar-nos a romper a paz só por meras suspeitas? Este procedimento seria a maior vergonha para o nosso monarca. Se este príncipe verdadeiro, grande e magnânimo jurou solenemente a paz conosco, se nos ofereceu socorro contra os mouros, se se ofereceu a vir em pessoa capitanear os nossos exércitos, que razão há para irmos hoje, sem maior fundamento, tomar armas contra ele? Não poderão os portugueses fazer movimento que não seja para nos ofender? Estão porventura obrigados a descobrir-nos seus segredos? E quem é que os descobre, maiormente quando os segredos envolvem alguma empresa grande? Sem razão, pois, nos consternamos, e maior injustiça é querer intentar contra eles, só porque nos ocultam seus desígnios. Quando os formassem contra nós, bem podeis estar certos, eu os conheço muito bem, não deixariam de nos advertir, como generosos e sinceros que são. O condestável D. Nuno Álvares Pereira, que trata com el-rei, seu senhor, em aprontar o armamento que hoje é nosso terror, e objeto deste conselho, quando quis entrar com a mão alçada em nossas terras, primeiro mandou aviso aos nossos capitães, que estavam na fronteira. Se ele em tempo de guerra declarada obrou com tanta generosidade, quando o ódio e o interesse requeriam, e até tornavam necessário darem de súbito contra nós, porque razão seria ele menos generoso hoje que as duas nações vivem em paz entre si, e el-rei de Portugal dá todas as mostras de querer mais do que nunca conservar conosco estreita amizade?..”

Não é preciso mais!

Para que hoje possamos fazer ideia do conceito em que então era tido em Espanha o gênio cavaleiroso dos portugueses basta o que fica transcrito sob a autoridade de La Clede.

Por muito pouco que então se respeitassem os tratados entre os reis da

península, não é crível que os cristãos, resgatados ao cativeiro dos infiéis de uma nação inimiga, corressem o risco de virem a ficar cativos dos cristãos de uma nação amiga.

Em tais condições parece-nos, pois, evidente que a captura de Morales era um impossível.

O nome de Machico dado a uma localidade da ilha da Madeira também, a nosso ver, não pode servir de argumento em favor da estada de ingleses naquela ilha, antes de lá terem chegado os portugueses. Notaremos em primeiro lugar, sem contudo querermos fazer desta a principal impugnação, que o nome de Machico tanto pode ser corrupção de Machin como diminutivo de macho. A índole vulgar do idioma português não se opõe a esta suposição. Azurara auxilia-a quando na sua *crônica* lhe chama Machito, e o próprio Melo quando o nomeia Machino.

Pois assim como na África se ficou denominando “Angra de Cavalos”, ao ponto onde em 1435 os descobridores lançaram dois cavalos, para neles irem explorar o interior do país; não poderia também o nome de Machico, machito, ou machino ter sido dado àquela localidade da Madeira por um igual motivo?

Concluindo, diremos que se alguma das lendas fosse de data anterior à da descoberta por Zarco e Tristão, poderia então colher o argumento do sr. Major, que diz terem estes (os portugueses) reconhecido que Machico os precedera, pondo o seu nome a uma das localidades da ilha; porém, sendo a mais antiga de todas as lendas quase um século posterior à descoberta da Madeira por Zarco e Tristão, o que daqui clara e unicamente se pode concluir é que a lenda fora inventada *ad hoc*, depois de ter sido posto àquela localidade o nome de Machico; e é por isso que todas elas concordam, mas unicamente, no nome e local de Machico.

O contrário disto é que será preciso provar, para se assentar que tivessem sido ingleses e não portugueses os primeiros descobridores da ilha da Madeira.

Há ainda um ponto que é preciso não deixar em vigor.

Como poderá entender-se que, se as ilhas de Porto Santo e Madeira tivessem sido descobertas entre os anos de 1317 e 1351, como diz o sr. Major, e sendo esse descobrimento também português; como poderá entender-se, dizemos, que de tal descobrimento nos não ficasse noção alguma, escrita ou tradicional; indo, pelo contrário, as indicações dessas ilhas parar só às cartas estrangeiras?

O alvoroço que causou em Portugal a notícia da descoberta dessas terras em 1419, por Zarco e Tristão, e o afã com que muitas pessoas de todas as classes

correram logo a povoar as novas ilhas, protestam bem alto contra a suposição de já terem sido estas mesmas terras descobertas por portugueses ou estrangeiros ao serviço de Portugal.

Nós entendemos que as indicações de terras e ilhas oceânicas, bem ou mal lançadas em cartas de épocas anteriores ao descobrimento dessas terras, não passam de adiconamentos feitos posteriormente, sem intenção de prejudicar a glória de seus verdadeiros descobridores, e tão somente com o fim de aumentarem os conhecimentos geográficos, com a indicação das terras que se descobriram depois da construção das referidas cartas.

Todas as pessoas que estiverem acostumadas a lidar com cartas geográficas, sabem muito bem que estes adiconamentos são tão comuns, que ainda hoje se praticam, sem ideia de falsificação; que no XV século, época das principais descobertas, carta alguma poderia andar em dia com o rápido progresso destes feitos, e que por consequência estes adiconamentos eram então uma necessidade tanto mais instante na ocasião, quanto mais prejudicial para a história; porque, sendo todas essas cartas manuscritas, podiam nelas admitir-se muitas inserções nos espaços claros, sem deixarem vestígios de terem sido retocadas ou acrescentadas.

Os nomes, com que se designam na carta catalã de 1351, citada pelo sr. Major, as diferentes ilhas do grupo da Madeira, são a mais evidente prova de não terem tais ilhas sido incluídas naquela carta antes de 1420, pois que, sendo opinião geral, também partilhada pelo sr. Major, que as ilhas da Madeira foram povoadas depois da descoberta de Zarco (1420), claro está que a denominação de *Deserta*, dada na referida carta a uma das ilhas, só poderia ter sido posta depois das outras ilhas se acharem povoadas, pois que antes, todas elas eram desertas, e uma tal designação não poderia aproveitar só àquela.

NOTAS

A lenda, contada pelo ameno autor das “Epanáforas”, não nos consta que tenha sido relatada por nenhum escritor do século XV; Azurara nada diz a tal respeito, e cremos que se a tivesse por verdadeira teria feito dela menção na sua “Crônica de Guiné”, conforme fez das descobertas de outros estrangeiros. O manuscrito de Francisco Alcafurado, que serviu a Francisco Manuel de Melo para compor a sua terceira “Epanáfora”, e que diz ter vindo à sua mão por um extraordinário caminho, não aparece hoje em parte alguma, nem sabemos que algum outro escritor tenha dele ou de seu autor dado notícia. Em presença, pois, da crônica de Azurara, há toda a razão para duvidar da autenticidade de um manuscrito que ninguém mais viu, pois que, tendo Azurara falado com quase todos os descobridores, e consultado todos os escritos para compor a sua “Crônica”, parece-nos pouco verossímil ter-lhe escapado este escrito, e também o seu autor, que se diz companheiro dos descobridores da Madeira, e que, segundo diz o autor das “Epanáforas”, devia viver no paço do infante D. Henrique, ao tempo em que lá se achava também Azurara.

“Azurara C. da D. e C. de Guiné. Capítulo XXX. do V. de Santarém. Recomendamos à atenção do leitor esta importante passagem, pela qual se mostra quanto esta crônica é preciosa pela sua autenticidade, visto que a dita passagem nos revela que Azurara não só consultara os documentos escritos, mas até os mesmos descobridores, testemunhas oculares destes fatos, visto que ele confessa não poder falar da particularidade de que trata, por Nuno Tristão ser já finado.”

“Azurara C. da D. e C. de Guiné. Introdução do V. de Santarém pag. XI. A sua

fidelidade como historiador é incontestável. O seu escrúpulo e amor da verdade era tal que preferia antes deixar a relação de alguns acontecimentos imperfeita, do que completá-la quando não podia obter já as notícias exatas dos que os tinham presenciado. A sua autoridade como escritor contemporâneo é imensa, pois Azurara viveu com o príncipe imortal que ele idolatrava, conheceu pessoalmente os principais e intrépidos descobridores, os quais pela maior parte eram criados do infante, e educados cientificamente debaixo de seus auspícios.”

Mas isto não é assim, perdoe-nos o sr. Major: há aqui um equívoco. O processo do descobrimento que Barros diz ter tirado de Azurara é o da Guiné e não o da Madeira; mas além disto, tanto para uma como para outra relação, do que Barros se serviu foi dos manuscritos de Azurara e de Afonso de Cerqueira, e não da crônica propriamente dita, porque essa ao tempo já tinha desaparecido do reino. É, portanto, infundada a acusação de que Barros excedera a autoridade de Azurara.

Barros: D. 1.^a, liv. 2.^o, cap. 1.^o: «E estas que elle escreveo (Azurara) deste descobrimento do tempo do Infante dõ Henrique (segundo elle diz já as recebeo de hum Affonso de Çerveira que foy o primeiro que as pos em ordem: do qual Affonso de Çerveira nós achamos algumas Cartas escriptas em Beni, estando elle ali feiturisando por parte del Rey dom Affonso. E posto que tudo, ou a maior parte do que te qui escrevemos seja tirado da escriptura de Gomezyanes, & assi deste Affonso de Çerveira: não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas, & por papéis rotos, & fora da ordem que elle Gomezeanes leuou no processo deste descobrimento.»